

Movimento Xingu Vivo Para Sempre: luta e resistência contra Belo Monte

Xingu Lives Forever Movement: fighting and resistance against Belo Monte

Flávia do Amaral Vieira¹

Resumo: Este artigo objetiva analisar como o Movimento Xingu Vivo para Sempre, coletivo de movimentos sociais e ambientalistas que lutam por outro modelo de desenvolvimento para a região Amazônica, o que incluía a não construção de Belo Monte, estabeleceu redes e *relações de equivalência* entre as demandas com a qual trabalha. Para isso, primeiramente é apresentada brevemente uma revisão bibliográfica sobre o que são os movimentos sociais, partindo para a análise do que Laclau (1983) entendeu por relações de equivalência, e posteriormente sobre a Amazônia e Belo Monte, para assim estudar como a teoria se aplica na prática do Movimento Xingu Vivo Para Sempre. Conclui-se que o movimento define relações de equivalência entre suas lutas pela necessidade de combater um inimigo comum.

Palavras-chave: movimentos sociais; relações de equivalência; Movimento Xingu Vivo Para Sempre; Belo Monte.

1 Doutoranda em Direitos Humanos pelo Programa de Pós-Graduação em Direito da Universidade Federal do Pará (UFPA). Possui mestrado em Direito pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), área Direito e Relações Internacionais, e graduação em Direito pela UFPA. Atualmente é advogada residente da Clínica de Direitos Humanos da Amazônia (UFPA), área Direitos Humanos e Empresas.

Abstract: *This paper aims to analyze how the Xingu Lives Forever Movement, a collective of social movements and environmentalists who struggle for another development model for the Amazon, which included the non-construction of Belo Monte, established networks and equivalence relations between the demands which works. For this, it is firstly presented a bibliographical review on what social movements are, starting with the analysis of what Laclau (1983) understood by equivalence relations, and later about the Amazon and Belo Monte Dam, in order to study how the theory applies in the practice of the movement. It is concluded that the movement defines relations of equivalence between its struggles for the need to fight against a common enemy.*

Keywords: *social movements; equivalence relations; Xingu Lives Forever Movement; Belo Monte.*

INTRODUÇÃO

A Usina Hidroelétrica (UHE) de Belo Monte, no estado do Pará, trata-se de um megaprojeto do governo brasileiro, hoje em operação, que foi discutido e criticado por mais de três décadas em razão do grande potencial de gerar impactos socioambientais na região da Volta Grande do Xingu, já que a área, localizada em plena floresta Amazônica, é habitada por povos tradicionais, indígenas e ribeirinhos, além da população da cidade de Altamira e municípios limítrofes. Atualmente, verifica-se que a situação não se trata mais de grave risco de violações irreparáveis aos direitos humanos, e sim em violações concretizadas.

O Movimento Xingu Vivo Para Sempre (MXVPS) nasce em 2008, composto de mais de 250 organizações e movimentos sociais e ambientalistas, com a bandeira da busca por outro modelo de desenvolvimento para a região, pautado na defesa do meio ambiente e na justiça social, o que incluía a luta pela não construção de Belo Monte.

A UHE Belo Monte é entendida aqui como um projeto da política desenvolvimentista brasileira do governo do Partido dos Trabalhadores (2003-2016), ancorada na conjectura da produção energética para o

país, com objetivo de suprir a expansão do capitalismo neoextrativista na Amazônia e as outras demandas econômicas. Em potência instalada, a usina de Belo Monte será a terceira maior hidrelétrica do mundo.

Em 18 de fevereiro de 2011, as obras foram iniciadas. Altamira, que antes contava com cerca de 100.000 habitantes, não possuía saneamento básico, e apenas 20% da população dispunha de água tratada. Seis anos depois, o cenário evidencia complexidade e abrangência das violações de direitos humanos relacionadas à construção da usina, dinâmica que envolve os atores públicos e privados; a dimensão do território atingida; além da dificuldade de se fazer valer os instrumentos tradicionais de garantia e reparação de violações a Direitos Humanos.

Por conta das condicionantes impostas pelo licenciamento ambiental, a Norte Energia, consórcio gestor da usina, comprometeu-se a fazer uma série de intervenções urbanísticas na cidade e de prover medidas compensatórias aos povos indígenas e ribeirinhos da área afetada. No entanto, o governo e a empresa foram omissos, e o descumprimento dessas medidas repercutiu em mais de trinta ações civis públicas apresentadas pelo Ministério Público e Defensoria Pública, além do agravamento dos problemas socioambientais. Em 2017, Altamira foi considerada o município mais violento do Brasil pelo Mapa da Violência do IPEA.

Nesse cenário, o MXVPS permanece sendo espaço de acolhimento para os atingidos e de difusão de informações sobre as consequências da operação e construção da usina, mesmo após ter sua principal demanda negada e se ver acuado diante de processos de criminalização, de um contexto de tantas violações de direitos e da cisão de grupos contrários à construção da usina, o que pode ser relacionado às crises políticas que assolam o país desde 2011.

Ao agregar indígenas, população rural, pescadores, ribeirinhos, deslocados compulsórios, pesquisadores, o movimento consolidou *relações de equivalência*, unindo diversas lutas identitárias ou particularistas em torno de um opositor sistêmico comum, através da construção de um discurso contingente e universalizável (LACLAU, 2006).

A partir da observação do MXVPS, verifica-se que este parece ter logrado construir elos que permitem uma relativa universalidade no campo das demandas e/ou ideários políticos de transformação social.

Entre os anos de 2014 e 2016, foram realizadas quatro viagens para Altamira, com duração média de uma semana cada uma, em que a autora deste artigo esteve em constante contato com o Movimento, assessorando-o com relação ao caso de Belo Monte na Comissão Interamericana de Direitos Humanos. Através de observação participante e entrevistas não estruturadas, as viagens tornaram ainda mais complexa a tarefa de compreender Belo Monte, traduzir em palavras os impactos de um megaprojeto na Amazônia.

Dessa forma, o objetivo deste trabalho é analisar como o MXVPS, como coletivo de movimentos, estabeleceu redes e *relações de equivalência* entre as demandas com a qual trabalha. Para isso, primeiramente é apresentada brevemente uma revisão bibliográfica sobre o que são os movimentos sociais, partindo para a análise do que Laclau entendeu por relações de equivalência, e posteriormente sobre a Amazônia e Belo Monte, para assim estudar como a teoria se aplica na prática do MXVPS.

MOVIMENTOS SOCIAIS: CONCEITO E PRÁTICA

Por movimentos sociais, convencionou-se chamar ações coletivas, formas de luta e resistências mais variadas e sob diferentes tipos de concepções. Conforme Goss e Prudêncio (2004, p. 01):

Até o início do século XX, o conceito de movimentos sociais contemplava apenas a organização e a ação dos trabalhadores em sindicatos. Com a progressiva delimitação desse campo de estudo pelas Ciências Sociais, principalmente a partir da década de 60, as definições, embora ainda permanecessem imprecisas, assumiram uma consistência teórica, principalmente na obra de Alain Touraine, para quem os movimentos sociais seriam o próprio objeto da Sociologia. Apesar do desenvolvimento

que o conceito teve nos últimos anos, não há consenso ainda hoje entre os pesquisadores sobre seu significado.

Assim, diferenciar e conceituar movimentos sociais urbanos, movimentos sociais rurais, organizações não governamentais e outras formas de redes de ativismos ocuparam por muito tempo os teóricos das ciências sociais², o que decorreu muito da dificuldade de relacionar esses fenômenos práticos de ação coletiva na teoria.

Nesse contexto, a partir do século XX, os movimentos sociais passaram a ser vistos como importante manancial de inovação, experimentação e participação cívica, com uma função essencial para o sistema político de despertar a consciência para novos problemas e questões (COHEN, 2003, p. 426).

Cardoso (1987 *apud* AZEVEDO, 2012, p. 210) apresenta os movimentos sociais do cenário político como novos atores que trazem a possibilidade de transformações sociais e mudanças na estrutura de dominação vigente. Assim, os movimentos sociais são ações coletivas que propiciam instrumental para mudança ou transformação nas condições dadas pelo momento histórico.

Sobre os movimentos sociais, McAdam, McCarthy e Zald (1999 [1996], p. 22-23 *apud* MEDEIROS, 2013, p. 80), destacam três grupos de fatores que explicam o seu surgimento e desenvolvimento: a estrutura de oportunidades políticas e as restrições que têm de enfrentar; as formas de organização (formais e informais) e a disposição dos contestatários; e os processos coletivos de interpretação, atribuição e construção social que medeiam entre a oportunidade e a ação.

Nesse sentido, Medeiros distingue três diferentes tipos de movimentos sociais: o movimento operário, centrado numa luta de classes; os novos movimentos sociais, centrados no sujeito, na defesa da liberdade individual, no reconhecimento de estilos e preferências identitárias; e novos movimentos globais, centrados em dilemas que abarcam os cidadãos a nível planetário (2013, p. 80).

2 Para saber mais, ler trabalho de Scherer-Warren e Lüchmann (2004).

A sociedade civil, *locus* dos movimentos sociais, é conceituada por Scherer-Warren como: “a representação de vários níveis de como os interesses e os valores da cidadania se organizam em cada sociedade para encaminhamento de suas ações em prol de políticas sociais e públicas, protestos sociais, manifestações simbólicas e pressões políticas” (2006, p. 110). Dessa forma, a sociedade civil seria responsável por endereçar interesses da sociedade, dando maior alcance a voz dos interessados.

A autora classifica os chamados “níveis” da sociedade civil como: associativismo local, representado pelas associações civis e movimentos comunitários; formas de articulação interorganizacionais, como fóruns, associações de ONGs e redes de redes; e mobilização na esfera pública, a exemplo de grandes manifestações de atores de movimentos, como a Marcha Nacional pela Reforma Agrária (SCHERER-WARREN, 2006).

Atualmente dentro do paradigma tecnológico, a articulação em redes ganha destaque, pois sua forma elimina fronteiras e pode construir associações transnacionais da sociedade civil. Dessa forma, a inclusão das mídias eletrônicas é extremamente relevante para as redes, influenciando novas formas de ação coletiva (COHEN, 2003).

Assim, Scherer-Warren (2006) apresenta como possibilidades resultantes das redes de movimentos sociais, a transposição de fronteiras de diversas maneiras: territoriais, temporais e sociais.

O primeiro tipo de fronteira é uma forma de articulação de ações locais a ações regionais, nacionais e transnacionais; enquanto o segundo reflete a indivisibilidade de direitos humanos entre diversas gerações históricas. O último tipo compreende o pluralismo de concepções de mundo conforme certos limites éticos, culturais, com o horizonte no respeito às diferenças e a radicalização da democracia.

Ilse Scherer-Warren explica que a luta pela cidadania e garantia de direitos tem seu debate facilitado por meio de temas transversais, relativos a diversos aspectos da exclusão social e da demanda de novos direitos, como a plataforma DHESCA (direitos humanos, econômicos, sociais, culturais e ambientais) que defende a indivisibilidade dos direitos (2006, p. 117-118).

Nesse sentido, a autoradestaca também o surgimento de outro tipo de ativismo, diferente da “militância revolucionária, baseado em valores democráticos, de solidariedade e cooperação” (2006, p. 120). Conforme o pensamento de Scherer-Warren, para o empoderamento, é necessária democracia nos mecanismos de participação em organizações e comitês da esfera pública, com a criação de novas formas de governança.

Sobre as condições políticas necessárias para se tornar sujeitos desses processos emancipatórios, Ilse Scherer-Warren define um tripé de “ações sobre as condições materiais estruturantes dos processos de exclusão social e cultural, sobre a necessidade de se trabalhar para mudanças nas mentalidades e simbologias e sobre a urgência em se ter organizações políticas mais inclusivas” que pode ser articulado nos discursos e nas práticas dos fóruns e redes (2012, p. 232).

Estas então passam a estabelecer relações de equivalência entre três dimensões:

[...] das *condições materiais de existência* – desigualdade, pobreza, desemprego, segregação espacial etc. – com as *condições simbólicas de sua reprodução* – estigma, discriminação, desvalorização pessoal e coletiva, falta de reconhecimento social etc. – e com as *condições políticas decorrentes* – subcidadania, falta de empoderamento, fragilidade na participação político-institucional, etc. (SCHERER-WARREN, 2012, p. 227).

Ernesto Laclau, filósofo argentino, ao se debruçar sobre o estudo dos novos movimentos sociais da América Latina, buscou reunir premissas teóricas que explicassem como se dá a pluralidade do social e a construção das relações de equivalência entre as demandas dos movimentos sociais.

PLURALIDADE DO SOCIAL E RELAÇÕES DE EQUIVALÊNCIA

Para Laclau (1983), “devemos abordar o agente social como uma pluralidade, dependente das várias posições de sujeito, atra-

vés das quais o indivíduo é constituído, no âmbito de várias formações discursivas”.

Assim, de acordo com o autor, a pluralidade do social e esta proliferação de espaços políticos por trás dos novos movimentos sociais são típicas das sociedades industriais avançadas.

Assim, sobre mecanismos constitutivos de processos sociais emancipatórios na contemporaneidade, Laclau afirma que quando demandas distintas, ainda que referidas a particularidades de diferentes segmentos sociais, constroem, em comum, um discurso mais amplo de contestação ou enfrentamento ao sistema dominante vigente, “elas passam a estabelecer entre si uma *relação de equivalência*” (2006, p. 23).

Dessa forma, esta relação de equivalência permite unir diversas lutas, sejam identitárias ou particularistas, em torno de um opositor sistêmico que será comum a todos, através da construção de um discurso contingente e universalizável.

Dando continuidade ao raciocínio, quando um conjunto de demandas não são satisfeitas ou permanecem sem respostas no sistema institucional, se estas se conectam discursivamente, podem vir a estabelecer uma *cadeia de equivalências*, que, por sua vez, poderá vir a “unificar o campo popular” (LACLAU, 2011, 92), ou articular um ator/movimento coletivo em torno de alguma proposta emancipatória mais ampla, que o autor denomina conceitualmente de *razão populista*.

Sherer-Warren (2012), interpretando Laclau, explica que, para que isso ocorra, seria necessário duas condições: a *disputa pela hegemonia* e a existência de um *significante vazio*.

[...] a hegemonia se constrói quando certo discurso mobilizador em particular assume uma posição mais universal e, ao mesmo tempo, se desenvolve como um significante vazio, isto é, se despoja de conteúdos precisos e concretos referidos a significados restritivos ou muito particularizados. A construção da hegemonia pressupõe, portanto, a construção de um significante vazio, que perde sua referência direta ou exclusiva a um “determinado significado” e visa “representar uma totalidade de elemen-

tos que são essencialmente heterogêneos entre si” (SHERER-WARREN, 2012, p. 220).

Assim, para Sherer-Warren as interações organizacionais se tornam um elemento facilitador de diálogos transversais, do encontro e/ou de negociações em torno de diferenças e de singularidades, de renovadas construções identitárias e da formação de consensos temporários em torno de uma hegemonia provisória na rede, os quais poderão incidir em pactos políticos mais universalistas, mas sempre inacabados tendo em vista a *pluralidade do social* (2012, p. 226).

Finalizado esse panorama introdutório sobre a teoria dos movimentos sociais e a análise de Scherer-Warren e Laclau, passamos então a apresentar o contexto em que se insere a resistência à construção e operação da Usina de Belo Monte representada na formação do movimento social Xingu Vivo Para Sempre.

AMAZÔNIA, DESENVOLVIMENTISMO E BELO MONTE

Na Amazônia, a palavra desenvolvimento geralmente quer dizer crescimento econômico para poucos e degradação para os outros³, em razão da exploração dos recursos naturais e da concepção errônea e racista dos habitantes locais como inferiores, incapazes de conduzir a Amazônia ao desenvolvimento, oriunda ainda do discurso do processo de colonização e das políticas desenvolvidas pelo Regime Militar (1964-1982).

Para Mignolo (2008), desenvolvimento é um termo retórico para esconder a reorganização da lógica da colonialidade: as novas formas de controle e exploração do setor do mundo rotulado como Terceiro Mundo e países subdesenvolvidos.

No Brasil dos anos 2000, no contexto do capitalismo dependente periférico, o governo federal idealizou uma série de projetos de exploração de recursos naturais com caráter desenvolvimentista,

3 Para saber mais, ler tese de Zuleide Pamplona Ximenes Ponte (2010).

cuja principal característica é a conquista de resultados econômicos positivos e imediatos com o incentivo estatal à produção industrial de grande porte.

Conforme Silva (2011), nas práticas desenvolvimentistas são relegados a planos inferiores de importância os possíveis impactos sociais e ambientais. Assim, Paes Loureiro (2003) explica que, por quase vinte anos, o modelo desenvolvimentista proposto pelo Regime Militar para a Amazônia, cujas marcas são perceptíveis na região, teve como foco a atração de capitais, nacionais e internacionais.

A finalidade do modelo era garantir a viabilização de grandes projetos voltados à exploração de recursos naturais, como bauxita, ferro, manganês, além da produção de energia elétrica que alimentasse tais empreendimentos, como a Usina Hidrelétrica de Tucuruí e a própria UHE de Belo Monte.

O resultado imediato dessa política pode ser evidenciado desde os primeiros anos também por duas linhas de consequências. Pela ótica do capital – concentração de renda e depredação da natureza. Pela ótica da população – expulsão, migração, empobrecimento e violentação da cultura (PAES LOUREIRO, 2003, p. 406).

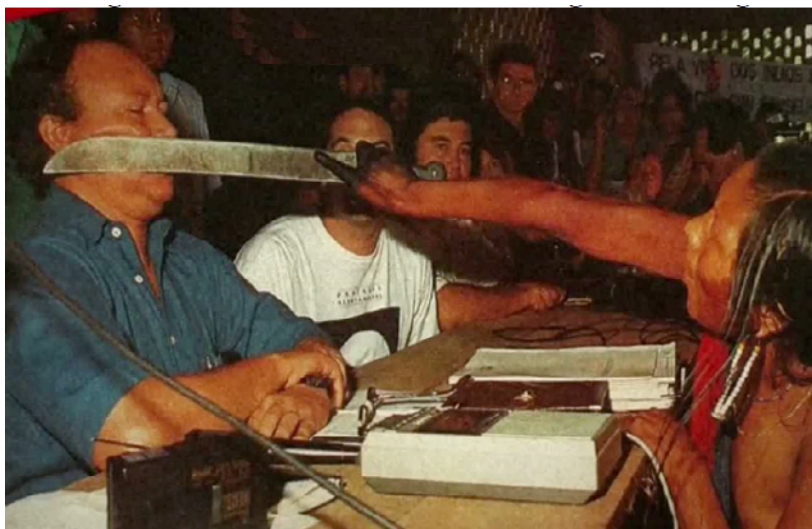
O projeto da usina hidrelétrica de Belo Monte nasceu ainda na década de 1970, no contexto do II Plano Nacional de Desenvolvimento, elaborado pelo governo do general Ernesto Geisel. Em 1979, Relatório Final da Eletronorte sinalizou a viabilidade de construção de cinco hidrelétricas no rio Xingu e uma no rio Iriri, as quais o governo nomeou como: Kararaô, Babaquara, Ipixuna, Kokraimoro, Jarina e Iriri. Note-se que todas com nomes indígenas, justamente os *ignorados* do processo.

As represas destas seis usinas alagariam quase 20 mil km quadrados, que incluíam terras indígenas, glebas ribeirinhas, florestas nativas, sendo que Babaquara seria a represa mais extensa do mundo. O aproveitamento integral dessa bacia hidrográfica alcançaria aproximadamente quarenta povos indígenas (MAGALHÃES, 2005, p. 255).

À época do início da redemocratização, estes projetos foram barados devido a grandes mobilizações da sociedade civil, de redes

transnacionais de defesa de direitos humanos e do movimento indígena, que denunciaram ao mundo o projeto que ameaçava a natureza e os povos tradicionais. A realização do I Encontro dos Povos Indígenas do Xingu, em 1989, e a foto da indígena Tuíra, encostando um facão no rosto de Muniz Lopes, à época engenheiro da Eletronorte, durante o evento, representam momentos emblemáticos desse período.

Figura 1. Tuíra, índia Kayapó, protestando contra a construção de barragens no rio Xingu, em 1989



Fonte: Movimento Xingu Vivo Para Sempre.

Isso porque, na mesma década, com a crise do Regime Militar e a abertura política, era dada maior visibilidade aos movimentos sociais contestatórios que reivindicavam os direitos das comunidades afetadas pela ação predatória do poder econômico na Amazônia.

A partir de então, surgem diversas entidades, entre as quais a Comissão Pastoral da Terra (CPT), o Conselho Indigenista Missionário (Cimi), a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag), assim como os sindicatos reunidos na Central Única dos Trabalhadores (CUT) em nível nacional.

Na década de 90, em um contexto de maior preocupação social com o meio ambiente após a realização da Conferência Mundial de Desenvolvimento e Meio Ambiente (Rio-92) e da elaboração da Agenda 21, aumentam-se as pressões contra as políticas desenvolvimentistas nos países pobres com o combate ao desmatamento, o controle da exploração mineradora, extrativista e energética, especialmente na região amazônica.

Com efeito, esse modelo de desenvolvimento predatório era marcado pela violência contra povos indígenas e comunidades tradicionais. Assim, cabe ressaltar que foram nessas décadas que se estabeleceram os principais marcos de proteção de povos indígenas e comunidades tradicionais no Brasil, como a própria Constituição Federal de 1988 que estabelece no artigo 231, §3º, que “O aproveitamento dos recursos hídricos, incluídos os potenciais energéticos em terras indígenas só podem ser efetivados com autorização do Congresso Nacional, ouvidas as comunidades afetadas”.

Novos espaços institucionais foram cruciais para a emergência de instrumentos internacionais específicos sobre povos indígenas, como a Convenção 169 da OIT sobre povos indígenas e tribais em países independentes, de 1989, que, uma vez que ratificada pela maioria dos países latino-americanos, se converteu num código comum para a articulação de demandas indígenas; e a Declaração da ONU sobre Direitos dos Povos Indígenas (DDPI) de 2007.

A Convenção 169 e a DDPI reconhecem os direitos indígenas sobre suas terras, territórios e recursos naturais, incluindo o direito ao meio ambiente equilibrado, assim como estabelecem os standards referentes a projetos de desenvolvimento e extração de recursos naturais em territórios indígenas. Um dos direitos-chave que tem sido articulado por estes instrumentos e pela jurisprudência internacional é o direito a Consulta sobre medidas legislativas e administrativas que afetem povos indígenas ou seus bens e seus direitos, ou sobre atividades extrativas de recursos naturais que afetem seus territórios.

O direito à consulta é de natureza eminentemente procedimental e cujo exercício é passível de uma série de vícios, mas que tem permitido

atualmente aos povos indígenas e comunidades tradicionais participar de espaços de negociação com estados e empresas transnacionais.

Assim, todo esse processo de maior visibilidade dos grandes projetos na Amazônia e do socioambientalismo teve como consequência o adiamento da construção da obra da UHE de Belo Monte em 35 anos. Sua construção só voltou a ser objeto de discussão e polêmica quanto a sua viabilidade econômica, social e ambiental a partir de outubro de 2009, quando foi apresentado o novo Estudo de Impacto Ambiental (EIA), durante o governo de Luís Inácio Lula da Silva, Partido dos Trabalhadores.

Este processo se intensificou em 2010, quando foi concedida a licença ambiental prévia para sua construção. Entre muitas idas e vindas, Belo Monte foi considerada a maior obra do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) do governo Dilma Rousseff (2011 -2016), também do Partido dos Trabalhadores.

Já em abril do mesmo ano, foi convocado o leilão para a escolha das empresas responsáveis pelas obras e gerenciamento da hidrelétrica. O Consórcio Norte Energia, liderado pelas Centrais Elétricas do Norte do Brasil (Eletronorte) e Companhia Hidro Elétrica do São Francisco (Chesf), subsidiárias da Eletrobrás, foi o vencedor do leilão. Cabe ressaltar que, posteriormente, as empresas envolvidas na construção da Usina foram todas objeto de investigação e denúncia da Polícia Federal por corrupção.

O projeto da hidrelétrica passou por sucessivas reduções de seu escopo, devido a forte oposição e pressão de ambientalistas brasileiros e internacionais, de comunidades indígenas locais, de membros da igreja Católica, movimentos sociais, entre outros, uma vez que originalmente previa outras barragens rio acima e uma área alagada total muito maior.

No entanto, ainda hoje permanece o questionamento sobre a viabilidade da usina se não forem construídas outras barragens. A usina, financiada pelo BNDES, mesmo descumprindo exigências ambientais, segue recebendo regularmente os recursos do financiamento de R\$ 22,4 bilhões, o maior crédito da história do banco.

A licença de operação foi concedida em 2016. Completado um ano de sua vigência, a inadimplência nas principais obrigações socioambientais é o que caracteriza essa nova fase do projeto. As obrigações que foram renovadas de licença em licença, diante da incapacidade da empresa e do próprio governo em cumprir as condições de viabilidade e instalação da usina determinadas pelo órgão licenciador, são dívidas acumuladas do licenciamento de Belo Monte e, com a aprovação da LO, ganharam o status de “adiadas indefinidamente” (INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL, 2017).

O fato de que povos indígenas e ribeirinhos diretamente afetados pelos impactos da obra não foram consultados tal qual prevê a Convenção 169 da OIT, da qual o Brasil é signatário, é apenas uma das irregularidades suscitadas pela sociedade civil e pelo Ministério Público Federal no decorrer do processo de licenciamento e construção do empreendimento.

De acordo com o Ministério Público Federal (2015), deslocamento forçado, insegurança alimentar e hidrológica devido a diminuição da oferta de água potável, aumento de doenças, ameaças de invasões às terras indígenas, aproveitamento ilegal de recursos naturais, aumento da pobreza e a migração desordenada, que sobrecarrega os sistemas de saúde, educação e segurança pública, são constatações do que significou a instalação desse megaempreendimento na região.

O MOVIMENTO XINGU VIVO PARA SEMPRE

Considerada uma das principais organizações representativas de populações habitantes da Região da Volta Grande do rio Xingu, Pará, o Movimento Xingu Vivo Para Sempre (MXVPS) teve a sua formação iniciada no II Encontro dos Povos Indígenas, realizado em 2008, em Altamira (PA).

Na ocasião, três mil pessoas participaram do evento para questionar a construção de um complexo de hidrelétricas planejadas pela Eletro-norte. Assim lideranças dos povos indígenas do Xingu, moradores de Altamira e demais organizações solidárias na luta contra a UHE de

Belo Monte reuniram-se em um coletivo composto por 250 entidades nacionais e internacionais de cunho sociopolítico e ambientalista.

Dessa forma, o coletivo é formado por lideranças de ribeirinhos, pescadores, trabalhadores rurais, moradores de Altamira, professores, movimento de mulheres e organizações religiosas.

O movimento se declara enfaticamente contrário a Belo Monte em razão de não acreditar que irá trazer benefícios e desenvolvimento para a região. Para o Movimento Xingu Vivo para Sempre, impedir a construção da hidrelétrica é um ato de justiça histórica com o passado, resgatando os direitos fundamentais do ser humano perdidos em outros momentos de conflitos similares, a exemplo da hidrelétrica de Tucuruí (ALVES, 2010).

O MXVPS nasce dentro do contexto do socioambientalismo, que a partir da década de 60 ganhou destaque nas discussões políticas, sociais e econômicas estabelecidas entre os países do mundo, junto ao surgimento de conceitos como desenvolvimento sustentável e povos da floresta. O movimento socioambientalista critica o modelo industrial da sociedade capitalista, a exploração indiscriminada da natureza e destaca as consequências graves desse modelo à população mundial. Declara como objetivo de sua atuação:

Garantir a defesa do rio Xingu e o reconhecimento dos direitos fundamentais dos povos do Xingu frente ao complexo Hidroelétrico de Belo Monte através da conscientização da população urbana e rural, indígena e não indígena sobre os riscos e ameaças decorrentes da construção de Belo Monte e sobre seus direitos enquanto ameaçados e impactados pela usina. O projeto ainda deve denunciar para a sociedade e órgãos governamentais competentes as irregularidades, ilegalidades e violações de direitos relativos à implementação da hidrelétrica e prestar assistência de forma qualificada às comunidades atingidas e aos defensores e defensoras ameaçadas pela UHE Belo Monte (2013).

O MVXPS utiliza dos exemplos infelizes como a construção das usinas hidrelétricas de Tucuruí (PA) e Balbina (AM), nas décadas de 1970

e 1980, para explicitar os problemas de Belo Monte. Ambas desalojaram comunidades, inundaram enormes extensões de terra e destruíram a fauna e flora daquelas regiões.

A 146 quilômetros de Manaus, a UHE de Balbina ocasionou a inundação da reserva indígena Waimiri-Atroari, mortandade de peixes, escassez de alimentos e fome para as populações locais. Nem a contrapartida do abastecimento de energia elétrica da população local foi cumprida. O Instituto Socioambiental (ISA) ressalta que o desastre foi tal que, em 1989, o Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (Inpa), depois de analisar a situação do Rio Uatumã, onde a hidrelétrica fora construída, concluiu por sua morte biológica (2013). A experiência da UHE de Tucuruí foi similar: quase dez mil famílias ficaram sem suas terras, entre indígenas e ribeirinhos.

Ante esse quadro, em relação à Belo Monte, restou evidente a necessidade de se questionar a forma como o projeto vinha sendo conduzido, a relação custo-benefício da obra, qual o destino da energia a ser produzida assim como a inexistência de uma política energética para o país que privilegie energias alternativas.

O MXVPS utilizou estratégias discursivas para desmobilizar a construção da Usina. Assim, aglutina pessoas de vários coletivos em campanhas de divulgação e protestos que evidenciam os aspectos negativos do licenciamento e construção da UHE.

Entre os aspectos negativos da obra que constituem a política de identidade de demandas do grupo podem ser citados: a seca dos rios que afluem terras indígenas e áreas habitadas por comunidades ribeirinhas, a devastação de parte da fauna e flora da Região Xingu, além de sérios impactos sociais, entre os quais o inchaço populacional e o aumento da violência nos municípios abrangidos pela construção da hidrelétrica.

Nesse processo de construção de identidades, em razão de seu histórico, na Amazônia se percebe que estes integrantes

a partir do encontro nas redes de movimentos, perceberam equivalências em torno de suas origens identitárias e dos respectivos mecanismos de exclusão social, passando, assim, a

formar uma cadeia de significados políticos, que denominaram de “aliança de parentesco”, em outras palavras, um pacto histórico referente a um mesmo legado colonial (SHERER-WARREN, 2012).

Dessa forma, tanto ambientalistas, quanto defensores da causa indígena e mesmo urbana/ rural estão contemplados nas demandas do coletivo.

A *Carta Xingu Vivo para Sempre*, documento final de 2008 que avaliava as ameaças ao Rio Xingu, apresentou à sociedade brasileira outro projeto de desenvolvimento para a região e exigia das autoridades públicas sua implementação, na perspectiva da ampliação de alternativas ao modelo de modernização predominante.

O documento questionava as propostas de desenvolvimento pensadas para a região desde Brasília/governo federal, denunciando a maneira como são articuladas e implementadas, procurando demonstrar que as populações locais não são beneficiadas; ao contrário, apenas sofrem os efeitos danosos desses projetos, em uma relação de pura espoliação. Essa carta foi referendada por mais de cem signatários, sendo que mais da metade é composta por representantes de nações indígenas.

Não admitiremos a construção de barragens no Xingu e seus afluentes, grandes ou pequenas, e continuaremos lutando contra o enraizamento de um modelo de desenvolvimento socialmente injusto e ambientalmente degradante, hoje representado pelo avanço da grilagem de terras públicas, pela instalação de madeireiras ilegais, pelo garimpo clandestino que mata nossos rios, pela ampliação das monoculturas e da pecuária extensiva que desmatam nossas florestas (*Carta do Xingu Vivo para Sempre*, Altamira – PA, 23/05/08).

Escobar (2000 *apud* CASTRO, 2012) ressalta que é necessário descolonizar os imaginários a fim de conceber uma realidade alternativa, fixando as atenções nas margens do sistema, nas práticas locais, nas culturas substantivas realmente existentes e invisibilizadas pelo meta-discurso desenvolvimentista.

A Carta Xingu Vivo para Sempre apresentava como proposições um novo tipo de desenvolvimento, experiências que tomam como referentes às vivências das populações e os modos que estas encontram para fazer frente às imposições dos padrões hoje predominantes (CASTRO, 2012).

As reivindicações dessa carta, doze no total, são tratadas como componentes de um projeto de desenvolvimento, o qual corresponde aos interesses dos moradores daquela região. Esse projeto leva em consideração aspectos no âmbito da governança, postula a desinvisibilização social das populações tradicionais, volta-se para a proteção das florestas, a agroecologia e a implantação de políticas públicas eficazes, principalmente nas áreas de saúde e educação (CASTRO, 2012).

Nesse contexto, percebe-se uma ampla rede de relações estabelecidas entre diversos atores, utilizando a World Wide Web e seus recursos de interação como amplificadora do movimento e de suas demandas (CASTRO, 2012).

Além disso, o movimento, em conjunto com outras seis organizações de direitos humanos, é um dos representantes das vítimas na petição principal e pedido de medida cautelar apresentados à Comissão Interamericana de Direitos Humanos-CIDH, em 2010. Em 2011, a CIDH outorgou medidas cautelares protetivas à integridade física-cultural e saúde dos povos indígenas da Volta Grande do Xingu, com atenção aos indígenas em situação de isolamento voluntário. Em 2015, iniciou o trâmite do caso principal.

O MVXSP possui coordenação geral e mantém um sítio eletrônico na internet (www.xinguvivo.org.br) com textos informativos que destacam os abusos e irregularidades cometidos pelo governo e consórcio gestor contra os habitantes das áreas onde será instalada a Usina, além de diversas parcerias e apoios de organizações nacionais e internacionais, que constitui uma das armas na luta pelo poder simbólico que marcam suas relações com os defensores do projeto.

Segundo Castells (2008, *apud* CASTRO, 2012), a lógica das redes é uma das características do paradigma tecnológico aos quais os movimentos se adaptam na lógica da modernidade.

O Xingu vivo exemplifica assim o que Ilse Sherer-Warren (2013) descreve sobre as redes de movimentos sociais:

[...] por serem multiformes, aproximam atores sociais diversificados—dos níveis locais aos mais globais, de diferentes tipos de organizações —, e possibilitam o diálogo da diversidade de interesses e valores. Ainda que esse diálogo não seja isento de conflitos, o encontro e o confronto das reivindicações e lutas referentes a diversos aspectos da cidadania vêm permitindo aos movimentos sociais passarem da defesa de um sujeito identitário único à defesa de um sujeito plural.

Para Sherer-Warren (2013), é fundamental um duplo papel (virtual e presencial) animação das redes. A comunicação virtual é apontada como relevante para a comunicação, para gerar informação e para agilizar mobilizações. Assim, além do sítio eletrônico, o MXVPS conta com páginas em redes sociais e teve subdivisões, como o blog do Comitê Metropolitano Xingu Vivo para Sempre, de Belém, nos quais propaga os mesmos textos informativos sobre a UHE de Belo Monte.

O movimento já esteve envolvido e agiu em vários enfrentamentos com o governo federal. Um dos exemplos mais notórios foi durante a audiência pública do licenciamento ambiental que ocorreu em Belém, que contou com a presença de centenas de soldados da Força Nacional que tentaram impedir a entrada de manifestantes indígenas e dos movimentos sociais. Porém, ao contrário ao que empresários e o governo federal estadual imaginavam, a resistência foi grande, selando, assim, naquele momento, uma aliança campo-cidade.

Outro momento-chave foi durante a realização do Encontro Xingu +23, em Altamira, em 2012. Planejado para celebrar o marco histórico dos vinte e três anos depois do 1º Encontro dos Povos Indígenas do Xingu, em 1989, famílias atingidas, índios dos povos Munduruku e Juruna, pesquisadores e representantes de movimentos contra a

construção de Belo Monte aproveitaram a realização da Rio+20, para promover um evento simultâneo, no Pará, sobre a instalação do projeto no estado, entre os dias 13 e 17 de junho.

O evento reuniu cerca de quatrocentas pessoas e teve como ápice o dia em que, uma caravana de pessoas se dirigiu para o canteiro de obras da ensecadeira de Belo Monte, e com as próprias mãos, começaram a abrir uma vala que deveria liberar, pelo menos um pouco, o Xingu em seu antigo curso.

Dezenas de homens e mulheres esgotados e suados não se contiveram e se atiraram no rio. Elio, o pescador expulso de Santo Antônio, braços erguidos, repetia de novo e de novo “Eu estou feliz. Eu estou tão feliz!”. Depois se abraçou longamente com a amiga Ana, e os dois choraram em silêncio. [...] Missão cumprida, muito cansado, mas muito feliz, por volta das 16h o grupo recarregou os ônibus e voltou para a vila de Santo Antônio, para finalizar, no dia seguinte, um encontro histórico para as comunidades afetadas por Belo Monte (XINGU VIVO, 2012).

A emoção do pescador Elio, integrante do Xingu Vivo e líder da comunidade de Santo Antônio, que hoje é o estacionamento da Norte Energia, comove e representa um momento onde o sonho de que Belo Monte não se consumaria em realidade ainda era permitido.

Em 2013, durante seu planejamento anual, o Movimento foi alvo de espionagem da ABIN e do Governo Federal. Durante as reuniões, a equipe percebeu que um dos participantes portava uma caneta espiã. Confrontado, o rapaz afirmou, em depoimento gravado em vídeo, que recebia cinco mil reais do Consórcio Construtor de Belo Monte para espionar o Xingu Vivo, e que este material seria apresentado para análise da ABIN. Neste depoimento, o espião afirmou também que o principal alvo de seu trabalho era Antônia Melo, coordenadora do movimento, cuja neutralização ou prisão dissolveria o movimento e a resistência contra a usina (XINGU VIVO, 2014).

Antônia Melo é uma liderança histórica da luta por direitos na região. Organizações e movimentos sociais manifestam repúdio

às ações de espionagem realizadas pelo Consórcio Construtor de Belo Monte (CCBM) e pela Agência Brasileira de Inteligência (ABIN) ao Movimento Xingu Vivo para Sempre e o movimento entrou com uma ação na Justiça por danos morais (JUSTIÇA GLOBAL, 2013). A espionagem constitui parte de um processo de criminalização dos movimentos sociais.

Ilse Scherer-Warren (2006) define três elementos de uma rede de movimentos sociais: identificação, definição de adversário comum e projeto. Assim, o primeiro elemento pode ser explicado pela identificação de valores em comum, contrários a certos atores ou situações antagonistas a serem combatidas e enfrentadas, que seria o segundo elemento, para alcançar certos objetivos coletivos - terceiro elemento.

Como coletivo de movimentos sociais e outras entidades, o MXVPS se estabeleceu pela necessidade de combater um inimigo comum: a usina hidrelétrica de Belo Monte.

Dessa forma, para Azevedo (2012) a identidade do movimento, passa pelo posicionamento e por pressões políticas contra esse adversário, com a intenção (*projeto*) de impedir a construção da hidrelétrica devido às falhas e ao desrespeito à legislação em diferentes instâncias e momentos do processo.

Na sociedade das redes (para usar uma terminologia de Manuel Castells), o associativismo localizado (ONGs comunitárias e associações locais) ou setorializado (ONGs feministas, ecologistas, étnicas, e outras) ou, ainda, os movimentos sociais de base locais (de moradores, sem teto, sem terra, etc.) percebem cada vez mais a necessidade de se articularem com outros grupos com a mesma identidade social ou política, a fim de ganhar visibilidade, produzir impacto na esfera pública e obter conquistas para a cidadania. (SCHERER-WARREN, 2006, p. 113).

Assim, o Movimento Xingu Vivo ilustra a tendência de mescla entre as formas clássicas de atuação dos coletivos com direção a novos horizontes de imaginários políticos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os movimentos sociais constituem formas de ação coletiva de luta e resistência pelas mais variadas demandas. Dentro do paradigma moderno-tecnológico, a articulação em redes tem se mostrado um caminho necessário.

O movimento Xingu Vivo para Sempre, coletivo de movimentos sociais e entidades interessadas pela região do município de Altamira, Pará, constitui um movimento que define relações de equivalência (LACLAU, 2006) entre suas lutas pela necessidade de combater um inimigo comum: a Usina Hidrelétrica de Belo Monte. Dessa forma, esta universalização de sentido implica em uma hibridização de identidades, mas que não significa uma perda de identidade e, sim, uma abertura para novas possibilidades democráticas.

A consolidação da hidrelétrica de Belo Monte na paisagem do Xingu transformou a região. O temor de que a usina significasse o acirramento das disputas sócio espaciais, ameaças aos territórios indígenas e de populações tradicionais, e a expansão da fronteira agro minerária passou a ser fato.

Belo Sun, empresa mineradora transnacional canadense, em 2017 teve licença de instalação concedida pelo Estado do Pará, para iniciar as obras de extração de ouro justamente na mesma área mais impactada por Belo Monte, a Volta Grande do Xingu.

Nesse cenário, a luta contra estes megaprojetos permanece no imaginário e na agência das pessoas que compõem o Movimento Xingu Livre Para Sempre. Mesmo que o inimigo seja potente e tenha o aval de grande parte da sociedade, com apoio do empresariado e da grande mídia, a ação coletiva e espaços de acolhimento resiste como um dos atores da disputa de correlação de forças que é a construção democrática.

REFERÊNCIAS

ALVES, Juliete Miranda. Hidrelétrica de Belo Monte: a apresentação de um projeto e as representações sociais que circulam em torno do

conceito de desenvolvimento. **ANPPAS**, Florianópolis/SC, 2010. Disponível em: <<http://anppas.org.br/encontro5/cd/artigos/GT14-323-732-20100903185244.pdf>> Acesso em: 13 jul. 2017.

CASTRO, Geldes de Campos. “A favor de outro desenvolvimento”: o Movimento Xingu Vivo para Sempre, Belo Monte e suas manifestações na World Wide Web. In. **Somanlu**, ano 12, n. 2, p. 221-242, jul./dez. 2012.

COHEN, J. Sociedade civil e globalização: repensando categorias. In. **Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, v. 46, n. 3, p. 419-459, 2003.

COSTA, L.M. **Comunicação e Meio Ambiente: A análise das campanhas de prevenção a incêndios florestais na Amazônia**. Belém: NAEA/UFPA, 2006.

INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL. **A polêmica da Usina de Belo Monte**. Disponível em <<http://www.socioambiental.org/esp/bm/index.asp>>. Acesso: em 20 dez. 2013.

_____. **Um legado de violações**. Disponível em: <<https://medium.com/@socioambiental/belo-monte-um-legado-de-viola%C3%A7%C3%B5es-43ea35c973b8>> Acesso em: 13 jul. 2017.

JUSTIÇA GLOBAL. **Organizações e movimentos sociais manifestam repúdio às ações de espionagem realizadas pelo Consórcio Construtor de Belo Monte e pela ABIN ao Movimento Xingu Vivo para Sempre**. 23 de fevereiro de 2013. Disponível em: <<http://www.global.org.br/blog/organizacoes-e-movimentos-sociais-manifestam-repudio-as-acoes-de-espionagem-realizadas-pelo-consorcio-construtor-de-belo-monte-ccbm-e-pela-agencia-brasileira-de-inteligencia-abin-ao-movimento-xingu/>>. Acesso em: 15 jul. 2017.

LACLAU, Ernesto. **Emancipação e diferença**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2011.

_____. Inclusão, exclusão e a construção de identidades. In: AMARAL, Jr. Aécio; BURITY, Joanildo (orgs). **Inclusão social, identidade**

e diferença: perspectivas pós estruturalistas de análise social.

São Paulo: Annablume, p. 21-37.

_____. Os novos movimentos sociais e a pluralidade do social. Traduzido do inglês pela Tradutec. In: **CEDLALatin American Studies**, nº 29. Disponível em: <http://www.anpocs.org.br/portal/publicacoes/rbcs_00_02/rbcs02_04.htm> Acesso em: 13 jul. 2017.

MAGALHÃES, Antonio Carlos. Índios e barragens: a complexidade étnica e territorial na região do médio Xingu. In: SEVÁ, Oswaldo (org.). Tenotã-Mõ. **Alertas sobre as consequências dos projetos hidrelétricos no Xingu** – São Paulo: International Rivers Network, p. 255-265, 2005.

MEDEIROS, Pilar Damião de. O intelectual engajé dos movimentos sociais. In: **Sociologia, problemas e prática**, n. 73, 2013, pp. 79-92. Disponível em: <<http://sociologiapp.iscte.pt/>>. Acesso em: 13 jul. 2017.

MIGNOLO, Walter D. Desobediência epistêmica: a opção descolonial e o significado de identidade em política. In: **Cadernos de Letras da UFF – Dossiê: Literatura, língua e identidade**, no 34, p. 287-324, 2008. Disponível em: <www.uff.br/cadernosdeletrasuff/34/traducao.pdf> Acesso em: 13 jul. 2017.

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL. **Relatório de inspeção interinstitucional**. Disponível em: <http://www.prpa.mpf.mp.br/news/2015/arquivos/Relatorio_inspecao_ribeirinhos_Belo_Monte_junho_2015.pdf> Acesso em: 13 jul. 2017.

MOVIMENTO XINGU VIVO PARA SEMPRE. **15.06: liberando o Xingu**. 2012. Disponível em: <<http://www.xinguvivo.org.br/2012/06/15/xingu-23-15-06-liberando-o-xingu/>>. Acesso em: 13 jul. 2017.

_____. Carta do Movimento Xingu Vivo para Sempre. In: **Encontro Xingu Vivo para Sempre divulga documento final**. Instituto Socioambiental. 2008. Disponível em: <<http://www.socioambiental.org/nsa/detalhe?id=2687>>. Acesso em: 13 jul. 2017.

_____. **Fundo Brasil de Direitos humanos**. 2013. Disponível em: <<http://www.fundodireitoshumanos.org.br/projeto/movimento-xingu-vivo-para-sempre-para/>> Acesso em: 13 jul. 2017.

_____. **No 50º aniversário do Golpe, ação pede condenação da ABIN e de Belo Monte por espionagem**. 1 de abril de 2014. Disponível em: <<http://www.xinguvivo.org.br/2014/04/01/no-50o-aniversario-do-golpe-acao-pede-condenacao-da-abin-e-de-belo-monte-por-espionagem/>>. Acesso em: 15 jul. 2017.

PAES LOUREIRO, J. J. **Cultura amazônica: uma poética do imaginário**. São Paulo: Escrituras, 2003.

PONTE, Zuleide Pamplona Ximenes. **Amazônia, projeto desenvolvimentista, dissimulação e barbárie**. Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal do Pará, 2010. Disponível em: <<http://www.ppgcs.ufpa.br/arquivos/teses/teseTurma2005-ZuleidePonte.pdf>>. Acesso em: 13 jul. 2017.

SILVA, Josiele Sousa da. **Movimento Xingu Vivo para Sempre e o Discurso da Contestação contra Belo Monte**. Disponível em: <http://www.unicentro.br/redemc/2011/conteudo/mc_artigos/Midia_Cidada_Silva.pdf>. Acesso em: 13 jul. 2017.

SCHERER-WARREN, Ilse. Das mobilizações às redes de movimentos sociais. In: *Soc. Estado*[online], v.21, n.1, p. 109-130, 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69922006000100007>. Acesso em: 13/07/2017.

_____. Redes e movimentos sociais projetando o futuro. In: **Revista Brasileira de Sociologia**. v. 01, n. 01, Jan/Jul. 2013. Disponível em: <<http://www.sbsociologia.com.br/revista/index.php/RBS/article/view/29/9>>. Acesso em: 13 jul. 2017.

_____. Redes e incidência nas políticas públicas: entre as singularidades e as universalidades. In: **Fronteiras abertas da América Latina: diálogo na ALAS-Associação Latino-Americana de Sociologia** / organizadores: Paulo Henrique Martins, Cibele Rodrigues. – Recife:

Ed. Universitária da UFPE, 2012, p. 219-241. Acesso: <http://www.academia.edu/3100788/Ilse_Scherer-Warren_Redes_e_incidencia_nas_politicas_publicas_entre_as_singularidades_e_as_universalidades>. Acesso em: 13 jul. 2017.

Scherer-Warren, Ilse; Lüchmann, Lígia Helena Hahn. Situando o debate sobre movimentos sociais e sociedade civil no Brasil – Introdução. In. **Revista Política e Sociedade**. Nº 5 – outubro de 2004. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/politica/article/view/1976>>. Acesso em: 13 jul. 2017.

Vieira, Flávia do Amaral Vieira. **Direitos Humanos e desenvolvimento: Belo Monte na Comissão Interamericana de Direitos Humanos**. Dissertação de mestrado. Programa de Pós-graduação em Direito da Universidade Federal de Santa Catarina, 2015. Disponível em: <<https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/135654/335074.pdf?sequence>>. Acesso em: 28 set. 2017.

Recebido em: 15/07/2017.

Aprovado em: 21/10/2017.